

**Contabilidade Geral – ICMS-RJ/2010**

Elias Cruz

Toque de Mestre

www.editoraferreira.com.br

Temos destacado a importância das atualizações normativas na Contabilidade (Geral e Pública), pois em Concurso, ***ter o estudo desatualizado é o mesmo que não ter estudado!***

A questão 91 da Prova de Contabilidade do ICMS-RJ, trata do pronunciamento técnico do CPC 27, aprovado pela Resolução 1.177/09 – Ativo Imobilizado, NBCT 19.1, destacada no nosso último encontro, publicado em 15 de abril e cobrado no fim de semana seguinte, na prova do ICMS-RJ, aplicada em 21 Abr, portanto 6 dias após.

Fato curioso também aconteceu com as seguintes publicações:

1) Norma nº 749/09 do STN: em 30/04/10, o site da Editora Ferreira disponibilizou o Toque “DRE, DFC e DMPL na Contabilidade Pública?”, de nossa autoria, que tratava exatamente sobre a citada norma. A questão 50 (P4-APOFP-SP/2010), da contabilidade pública, aplicada no fim de semana passado inicia seu texto: “A Portaria no 749/2009 da Secretaria do Tesouro Nacional modifica os anexos da Lei no 4.320/64...”

2) CPC: em 16/04/2009, o site publicou o Toque 10, quando disponibilizamos o material sobre as alterações do Balanço Patrimonial e do CPC. Em seguida veio a prova do ICMS-RJ/2009, nas questões da Prova 2 tipo 1: 62, 65, 68 e 70, que apresentavam explicitamente comentário sobre o CPC;

3) Resolução CFC 1.177, de 24 Jul 2009, que aprovou a NBC T 19.1 – **Ativo Imobilizado**, entrou em vigor nos exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2010, quando deu-se a revogação das Resoluções CFC nº 1.025/05, nº 1.027/05 e a de nº 1.004/04. Aprovou o pronunciamento Técnico CPC 27, juntamente com a Deliberação CVM nº. 583/09 e a Instrução Normativa nº. 37/09 (ANS).

Os futuros servidores ou mesmo os que estão fazendo um “*up-grade*” devem estar atentos a incidência de que o assunto depreciação x recuperabilidade de ativo (teste de recuperabilidade) tem marcado presença nas provas de Contabilidade em Concurso Público. Bem como devem estar atentos às demonstrações DFC e DVA.

Agradecemos aos alunos do Rio de Janeiro (L e R) que nos enviaram as provas.

Então, vamos ao que interessa!

**Prova de Contabilidade Geral – ICMS-RJ/2010**

(Prova elaborada pela FGV – Gabarito 3)

**82.** No momento da elaboração das demonstrações contábeis, o profissional de contabilidade responsável deverá definir a estrutura do balanço patrimonial, considerando a normatização contábil. Esse procedimento tem como objetivo principal:

- (A) aprimorar a capacidade informativa para os usuários das demonstrações contábeis.
- (B) atender às determinações das autoridades tributárias.
- (C) seguir as cláusulas previstas nos contratos de financiamento com os bancos.
- (D) acompanhar as características aplicadas no setor econômico de atuação da empresa.
- (E) manter a consistência com os exercícios anteriores.

Comentários: O Art. 176, da Lei 6404/76, determina que *"ao fim de cada exercício social, a diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil da companhia, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação do patrimônio da companhia e as mutações ocorridas no exercício"*

A Deliberação da CVM nº 539, de 14 de março de 2008, que aprova o Pronunciamento Conceitual Básico do CPC que dispõe sobre a Estrutura Conceitual para a Elaboração e Apresentação das Demonstrações Contábeis, define como O objetivo das Demonstrações Contábeis:

*"12. O objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações sobre a posição patrimonial e financeira, o desempenho e as mudanças na posição financeira da entidade, que sejam úteis a um grande número de usuários em suas avaliações e tomadas de decisão econômica.*

*13. Demonstrações contábeis preparadas de acordo com o item 12 atendem às necessidades comuns da maioria dos usuários. Entretanto, as demonstrações contábeis não fornecem todas as informações que os usuários possam necessitar, uma vez que elas retratam os efeitos financeiros de acontecimentos passados e não incluem, necessariamente, informações não-financeiras.*

*14. Demonstrações contábeis também objetivam apresentar os resultados da atuação da Administração na gestão da*

*entidade e sua capacitação na prestação de contas quanto aos recursos que lhe foram confiados. Aqueles usuários que desejam avaliar a atuação ou prestação de contas da Administração fazem-no com a finalidade de estar em condições de tomar decisões econômicas que podem incluir, por exemplo, manter ou vender seus investimentos na entidade ou reeleger ou substituir a Administração.”*

Resposta: A

**89.** A Cia Petrópolis apresentava os seguintes dados para a montagem da Demonstração do Valor Adicionado em 31.12.X0:

Vendas (incluindo R\$ 190,00 de impostos incidentes sobre vendas)	R\$ 1.000,00
Compra de matéria-prima (incluindo R\$ 80,00 de impostos recuperáveis incidentes sobre as compras)	R\$ 240,00
Despesas de Salários	R\$ 200,00
Despesa de Juros	R\$ 140,00
Estoque inicial de matéria prima	zero
Estoque final de matéria prima	Zero

Assinale a alternativa que indique corretamente o valor adicionado a distribuir da Cia Petrópolis em 31.12.X0.

- (A) R\$ 310,00.
- (B) R\$ 510,00.
- (C) R\$ 620,00.
- (D) R\$ 650,00.
- (E) R\$ 760,00.

Comentários: Questão parecida com a que caiu ano passado no concurso para o mesmo cargo (ICMS-RJ), sugerimos a utilização do modelo DVA constante da Deliberação CVM nº 557/08:

**Modelo I - Demonstração do Valor Adicionado – EMPRESAS EM GERAL**

DESCRIÇÃO	Em 20X0
<b>1 – RECEITAS</b>	<b>1.000,00</b>
1.1) Vendas de mercadorias, produtos e serviços	1.000,00
1.2) Outras receitas	0,00
1.3) Receitas relativas à construção de ativos próprios	0,00
1.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa – Reversão / (Constituição)	0,00
<b>2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> <b>(inclui os valores dos impostos – ICMS, IPI, PIS e COFINS)</b>	<b>(240,00)</b>
2.1) Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(240,00)
2.2) Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	0,00
2.3) Perda / Recuperação de valores ativos	0,00
2.4) Outras (especificar)	0,00
<b>3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)</b>	<b>760,00</b>
<b>4 - DEPRECIAÇÃO, AMORTIZAÇÃO E EXAUSTÃO</b>	<b>0,00</b>
<b>5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)</b>	<b>760,00</b>
<b>6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>	<b>0,00</b>
<b>7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)</b>	<b>760,00</b>
<b>8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>	<b>760,00</b>
8.1) Pessoal	200,00
8.1.1 – Remuneração direta	200,00
8.1.2 – Benefícios	0,00
8.1.3 – F.G.T.S	0,00
8.2) Impostos, taxas e contribuições	110,00
8.2.1 – Federais	0,00
8.2.2 – Estaduais (190,00-80,00=)	110,00
8.2.3 – Municipais	0,00
8.3) Remuneração de capitais de terceiros	140,00

8.3.1 – Juros	140,00
8.3.2 – Aluguéis	0,00
8.3.3 – Outras	0,00
8.4) Remuneração de Capitais Próprios	0,00
8.4.1 – Juros sobre o Capital Próprio	0,00
8.4.2 – Dividendos	0,00
8.4.3 – Lucros retidos / Prejuízo do exercício[1000,00-190,00-(240,00-80,00)-200,00-140,00]=	310,00
8.4.4 – Participação dos não-controladores nos lucros retidos (só p/ consolidação)	0,00

**Observação 1:** *Nos valores dos custos dos produtos e mercadorias vendidos, materiais, serviços, energia etc. consumidos, devem ser considerados os tributos incluídos no momento das compras (por exemplo, ICMS, IPI, PIS e COFINS), recuperáveis ou não. Esse procedimento é diferente das práticas utilizadas na demonstração do resultado.*

Resposta: E

**90.** Em janeiro de 2010, a Cia Teresópolis preparava suas Demonstrações Contábeis de 2009, quando um fato negativo e significativo ocorreu na empresa, obrigando-a a uma mudança nos critérios contábeis para a elaboração das Demonstrações Contábeis.

De acordo com as normas do CPC aprovadas pelo CFC, assinale a alternativa que indique a causa para que esse fato tenha ocorrido.

- (A) A identificação de que a empresa não mais poderá se manter em continuidade.
- (B) A empresa adquiriu controle de uma nova sociedade de grande porte.
- (C) A empresa tinha passivos em moeda estrangeira e houve uma acentuada desvalorização da moeda nacional.
- (D) A ocorrência de uma mudança significativa na carga tributária incidente para a empresa.
- (E) O principal depósito de mercadorias da empresa sofreu um incêndio de grandes proporções.

Comentários: O pronunciamento Técnico nº 26, do CPC, apresenta sobre a Apresentação das Demonstrações Contábeis, Continuidade:

*25. Quando da preparação de demonstrações contábeis, a administração deve fazer uma avaliação da capacidade de uma entidade de continuar em operação no futuro previsível. As demonstrações contábeis*

*devem ser preparadas no pressuposto da continuidade, a menos que a administração tenha intenção de liquidar a entidade ou cessar seus negócios, ou ainda não possua uma alternativa realista senão a descontinuação de suas atividades. Quando a administração tiver ciência, ao fazer a sua avaliação, de incertezas relevantes relacionadas com acontecimentos ou condições que possam lançar dúvidas significativas acerca da capacidade da entidade de continuar em operação no futuro previsível, essas incertezas devem ser divulgadas. Quando as demonstrações contábeis não forem preparadas no pressuposto da continuidade, esse fato deve ser divulgado, juntamente com as bases com as quais as demonstrações contábeis foram preparadas e a razão pela qual não se pressupõe a continuidade da entidade.*

*26. Ao avaliar se o pressuposto de continuidade é apropriado, a administração deve levar em consideração toda a informação disponível sobre o futuro, que é o período mínimo (mas não limitado a esse período) de doze meses a partir da data do balanço. O grau de consideração depende dos fatos de cada caso. Quando uma entidade tiver uma história de operações lucrativas e acesso tempestivo a recursos financeiros, a conclusão acerca da adequação do pressuposto da continuidade pode ser atingida sem uma análise pormenorizada. Em outros casos, a administração pode necessitar da análise de um vasto conjunto de fatores relacionados com a rentabilidade corrente e esperada, cronogramas de liquidação de dívidas e potenciais fontes alternativas de financiamentos para que possa suportar sua conclusão de que o pressuposto de continuidade no futuro previsível é adequado para essa entidade.*

Resposta: A

**91.** A Cia Barra Mansa apresentava os seguintes dados em relação ao seu Ativo Imobilizado: equipamentos – custo R\$10.000,00.

Esses ativos entraram em operação em 01.01.2007 e têm vida útil estimada em 5 anos, sendo depreciados pelo método linear.

No início de 2010, a empresa procedeu a uma revisão dos valores, conforme previsto no CPC 27, aprovado pelo CFC.

Assim, constatou as seguintes informações:

Valor Justo R\$ 4.500,00.

Valor Residual R\$ 4.800,00.

Analisando as informações citadas, assinale a alternativa que indique corretamente o tratamento contábil a ser seguido, a partir de 01.01.2010.

(A) A empresa deve manter a despesa de depreciação de R\$ 2.000,00 ao ano.

(B) A empresa deve acelerar a despesa de depreciação uma vez que o valor residual aumentou.

(C) A empresa deve suspender a despesa de depreciação uma vez que o valor residual está maior que o valor contábil.

(D) A empresa deve suspender a despesa de depreciação uma vez que o valor justo está maior que o valor contábil.

(E) A empresa deve acelerar a despesa de depreciação uma vez que o valor justo aumentou.

Comentários: Devemos apresentar novamente alguns conceitos ratificados pela Resolução CFC 1.177/09, de 24 de julho de 2009, publicada no DOU em 04 Ago 09, que trata sobre **Ativo Imobilizado**, que entrou em vigor nos exercícios iniciados a partir de 01 de janeiro de 2010, revogando as Resoluções CFC nº 1.025-05, nº 1.027-05 e a de nº 1.004-04.

*“**Valor contábil** é o valor pelo qual um ativo é reconhecido após a dedução da depreciação e da perda por redução ao valor recuperável acumuladas.”*

***Valor depreciável** é o custo de um ativo ou outro valor que substitua o custo, menos o seu valor residual.*

***Depreciação** é a alocação sistemática do valor depreciável de um ativo ao longo da sua vida útil.*

***Valor residual de um ativo** é o valor estimado que a entidade obteria com a venda do ativo, após deduzir as despesas estimadas de venda, caso o ativo já tivesse a idade e a condição esperadas para o fim de sua vida útil.*

**Vida útil** é:

(a) *o período de tempo durante o qual a entidade espera utilizar o ativo.”*

*Valor específico para a entidade (**valor em uso**) é o valor presente dos fluxos de caixa que a entidade espera (i) obter com o uso contínuo de um ativo e com a alienação ao final da sua vida útil ou (ii) incorrer para a liquidação de um passivo.*

***Valor justo** é o valor pelo qual um ativo pode ser negociado entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.*

***Valor recuperável** é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.*

***Perda por redução ao valor recuperável** é o valor pelo qual o valor contábil de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável.”*

Custo do Imobilizado	10.000,00 = Valor de aquisição
Valor Residual	<u>      (0,00)</u>
Valor Contábil	10.000,00 = Valor a ser depreciado
Depreciação período	<u>(6.000,00)</u> = (10.000/5 anos) * 3 anos (período)
Valor Contábil Líquido	4.000,00

Dados da questão: Valor Justo R\$ 4.500,00.

Valor Residual R\$ 4.800,00.

Relembrando, Valor Recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda de um ativo e seu valor em uso.

Consideraremos o Valor Justo R\$ 4.500,00.

Entretanto, devemos observar o que nos traz a Resolução 1.177/09 (CPC 27):

54. O valor residual de um ativo pode aumentar. **A despesa de depreciação será zero** enquanto o **valor residual** subsequente for **igual ou superior ao seu valor contábil** (grifo nosso).

53. O valor depreciável de um ativo é determinado após a dedução de seu valor residual. Na prática, o valor residual de um ativo frequentemente não é significativo e por isso imaterial para o cálculo do valor depreciável.

52. *A depreciação é reconhecida mesmo que o valor justo do ativo exceda o seu valor contábil, desde que o valor residual do ativo não exceda o seu valor contábil. A reparação e a manutenção de um ativo não evitam a necessidade de depreciá-lo.*

Resposta: C

**92.** Continua...

G A B A R I T O P R E L I M I N A R				
82)	A	89)	E	90) A 91) C
E-MAIL: <a href="mailto:eliascsilva1@yahoo.com.br">eliascsilva1@yahoo.com.br</a>				

#### BIBLIOGRAFIA UTILIZADA

Aulas de Contabilidade Básica e Avançada do Prof. Elias Cruz

Ferreira, Ricardo J., Questões ESAF, Ed Ferreira

Ferreira, Ricardo J., Questões FCC, Ed Ferreira

Ferreira, Ricardo J., Contabilidade Básica, Ed Ferreira

Ferreira, Ricardo J., Contabilidade Avançada, Ed Ferreira

Graduação em Ciência Contábeis na UERJ

Resolução CFC 1.177/09

Normas citadas no texto